

Estudo Técnico Preliminar 73/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.006400/2024-80

2. Descrição da necessidade

- 2.1.A prestação do serviço público de fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário é necessária para o perfeito funcionamento do Edifício do Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sedes atuais dos Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo.
- 2.2.Em atenção à transição da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, através da Portaria SEGES/MGI Nº 1.769, de 25 de abril de 2023, com alteração no prazo para extinção dos contratos de energia elétrica (0998314), informou que os contratos celebrações com vigência por prazo indeterminado deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024.
- 2.3. A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), CNPJ nº 00.082.024/0001-34, é quem explora, em regime de exclusividade, o serviço em questão, nos termos da Lei Distrital nº 2.954/2002 (anexo II), c/c os artigos 2º e 4º do Decreto nº 26.590/2006 (anexo III). Tais dispositivos estabelecem que “compete à CAESB planejar, construir, operar, manter, conservar e explorar, diretamente e com exclusividade, os serviços de fornecimento de água potável e de esgotamento sanitário em todo o Distrito Federal”.
- 2.4..O serviço público de abastecimento de água tratado e esgotamento sanitário pode ser enquadrado na categoria de bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, pois consiste em padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	Andrea Cristina Andade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho
Divisão de Obras	Mirelly Ferreira Canabrava

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Requisitos Legais:
- Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934: Código de Águas.*Decreto*
 - Lei nº 11.445, de 2007: estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.
 - Lei nº 8.987, de 13/02/1995: Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal.
 - Lei nº 9.074, de 07/07/1995: normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.
 - Lei nº 14.133/2021: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.2. A contratação se dará por Inexigibilidade de Licitação, por ser a CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal a única empresa autorizada a prestar os serviços no Distrito Federal. O amparo legal está no Inciso I do Artigo 74 da Lei 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

4.3. Mediante o Decreto-Lei nº 524, de 8 de abril de 1969, da Presidência da República Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a constituir a Companhia de Água e Esgotos de Brasília.

4.4. A prestação dos serviços de fornecimento de água potável e coleta de esgoto é essencial para o funcionamento da unidade mencionada, por isso, seguindo a Orientação Normativa AGU Nº 36, de 13/12/2011 (transcrita abaixo), o prazo de vigência da contratação será por prazo INDETERMINADO:

"A Administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ect (empresa brasileira de correios e telégrafos) e ajustes firmados com a imprensa nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários."

4.5. O serviço possui natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.

4.6. O regime de execução contratual será a empreitada por preço unitário. Tal escolha se deu em razão da natureza do serviço prestado, o qual não permite a precisa indicação do quantitativo do consumo mensal, haja visto que pode variar. Haverá pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados, ou seja pelo efetivo consumo de água da unidade, o qual será verificado através de medições mensais.

4.7. Por tratar-se de atividade de custeio, a autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto no 10.193/2019 será concedida antes da assinatura do contrato.

4.8. Será observado o princípio da padronização, cujo objetivo é buscar a uniformização de produtos e serviços previamente selecionados e qualificados e, conseqüentemente, a redução de gastos; logo, tornar mais próspera a relação custo x benefício.

4.8.1. Não será utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização (instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria SEGES/ME n. 938, de 2 de fevereiro de 2022), uma vez que não se trata de contratação de item já padronizado).

4.8.2. Cumprido esclarecer que o Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério de Minas e Energia ainda se encontra em fase de atualização, dessa forma não há o que falar sobre o alinhamento da contratação com o referido documento.

4.9. O contrato decorrente da presente licitação será divulgado, no prazo de 10 (dez) dias úteis de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para sua eficácia, em observância ao art. 94 da Lei n. 14.133/2021. Também será feita a divulgação do extrato do contrato e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, conforme art. 72, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

4.10. Em atendimento ao art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei 12.527/2011 (LAI), o inteiro teor do contrato será publicado na internet, preferencialmente em formato aberto (art. 8º, § 3º, inciso III, da mesma lei) e que permita a pesquisa de texto (TCU, Plenário, Acórdão nº 1.855/2018).

4.11. Declara-se, ainda, que o planejamento da contratação será realizado em conformidade com as diretrizes constantes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

5. Levantamento de Mercado

5.1. A Lei nº 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico e determina que os serviços de saneamento serão prestados pelos estados ou municípios, compreendendo o abastecimento de água, tratamento de esgoto, destinação das águas das chuvas nas cidades e lixo urbano, todos regulamentados pela Política Federal de Saneamento Básico. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) não fiscaliza os serviços de saneamento e nem possui competência para aplicar penalidades, o que é atribuição das agências reguladoras infra nacionais (municipais, intermunicipais e estaduais). No caso, no Distrito Federal é atribuição da ADASA - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.

5.2. A CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 00.082.024/0001-37, estabelecida na Av. Sibipiruna - Lts. 13/21 - Aguas Claras - DF - CEP 71928-720, inscrição no CF/DF: 07.324.667/001-67I - CEP: 93010-050, é responsável pelo fornecimento de água potável e coleta de esgoto no Distrito Federal elencado neste Estudo Técnico Preliminar.

5.3. Existe a inviabilidade de competição, ou seja, quando “um dos contedores reúne qualidades tais, que se torna único, exclusivo, a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas”.

5.4. Portanto, diante da hipótese de inexigibilidade de licitação, quando restar demonstrada a exclusividade no fornecimento de água potável e saneamento básico na base territorial do município, por restar inviabilizada a realização de procedimento licitatório, traduzido em fornecedor exclusivo.

5.5. Sendo assim, o levantamento de mercado não se aplica a presente contratação. A exclusividade da prestação do serviço em todo o Distrito Federal, é da CAESB, nos termos da Lei Distrital nº 2.954/2002, c/c os artigos 2ª e 4ª do Decreto nº 26.590/2006.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A contratação da CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal para prestação de serviços de fornecimento de água potável e coleta de esgoto, tem o caráter de fornecimento de forma contínua, sendo imprescindível para a segurança e funcionamento das instalações prediais para atender o Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sedes atuais dos Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo.

6.2. Caberá à CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal fornecedora do serviço efetuar a medição do consumo mensal de água e esgotamento sanitário, bem como a emissão das respectivas faturas para pagamento dos serviços.

6.3 Sendo assim, A prestação do serviço ocorrerá de acordo com a Resolução nº 14/ADASA/2011

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A Estimativa das quantidades a serem Contratadas será aproximadamente de 900 m³ mensais, a qual foi baseada na média do consumo (m³) nos 12 meses de 2024, acrescido de 15%, conforme tabela abaixo,que poderá variar ligeiramente para baixo em razão de campanhas de redução de consumo, anualmente realizada pelo órgão.

Ministério de Minas e Energia, Bloco "U".

48340.000145/2024-61	01/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/01/2024	R\$ 22.331,86
----------------------	---------	---	-------	------------	---------------

48340.000576/2024-28	02/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/02/2024	R\$ 23.797,94
48340.000973/2024-08	03/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/03/2024	R\$ 21.132,34
48340.001432/2024-99	04/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/04/2024	R\$ 23.598,02
48340.002444/2024-31	05/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	07/06/2024	R\$29.140,77
48340.002726/2024-38	06/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/06/2024	R\$ 29.747,23
48340.003161/2024-14	07/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/06/2024	R\$ 29.747,23
48340.003774/2024-43	08/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/08/2024	R\$ 32.050,68
48340.004612/2024-22	09/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/09/2024	R\$ 36.921,14
48340.005062/2024-69	10/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/10/2024	R\$ 40.802,86
48340.005680/2024-17	11/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	866/1	23/11/2024	R\$ 34.394,36
48340.006314/2024-77	12/2024	Abastecimento de água ao Bloco "U" na Esplanada dos Ministério.	910/1	23/12/2024	R\$ 33.478,86
Média Mensal					R\$ 25.943,95
Média Mensal +15%					R\$ 29.835,54
Média anual					R\$311.327,40

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 401.707,15

8.1. A Estimativa do Valor da Contratação, será de aproximadamente R\$ 401.707,15 (Quatrocentos e um mil, setecentos e sete reais e quinze centavos),conforme tabela abaixo.

ITEM	UNIDADE	UNID DE MEDIDA	QUANTID MENSAL ESTIMADA	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Ministério de Minas e Energia - Esplanada dos Ministérios, bloco "U".	M³	12	R\$ 30.432,36	R\$365,188,32
TOTAL ACRESCIDO DE 9,88%					401.707,15

8.2 A taxa de 9,88% foi aplicada ao valor conforme o reajuste publicado no Diário Oficial da União (DOU), por meio da Resolução nº 36. Essa resolução estabelece o Reajuste Tarifário Anual (RTA/2023) e a 4ª Revisão Tarifária Periódica. O impacto do reajuste será válido de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2025.

8.2.1 Por ser uma contratação, que vai ser medida e paga pelo consumo realmente efetivado, qualquer possível variação para mais ou para menos, do valor a ser contratado não é injustificável.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não há o parcelamento da solução pois trata-se do objeto indivisível de prestação de serviço público de fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário. Além do exposto, verifica-se que o serviço é oferecido em regime de monopólio, nos termos do Art. 109 da Lei nº 14.133/21. Portanto somente a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), CNPJ nº 00.082.024/0001-34, é quem explora, em regime de exclusividade, o serviço em questão, nos termos da Lei Distrital nº 2.954/2002, c/c os artigos 2º e 4º do Decreto nº 26.590/2006. Tais dispositivos estabelecem que “compete a CAESB, planejar, construir, operar, manter, conservar e explorar, diretamente e com exclusividade, os serviços de fornecimento de água potável e de esgotamento sanitário em todo o Distrito Federal”.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente aquisição apresenta-se como uma atividade final, ou seja, é um evento único que após realizado não há a necessidade de se realizar outras contratações.

10.2. Além disso, não devem ser feitas contratações prévias para atendimento dos objetivos pretendidos com essa aquisição.

10.3. Dessa forma, não existem contratações correlatas e/ou interdependentes que guardem relação com o objeto principal.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento encontra-se consubstanciado no Documento de Formalização da Demanda: 328/2024 no Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PCA 2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os **Benefícios a serem alcançados com a contratação** serão a manutenção da prestação do serviço de fornecimento de água potável e coleta de esgoto com padrões de qualidade estabelecidos pela Resolução nº 14 /ADASA/201, para atender o Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, serviços considerados essenciais ao funcionamento dos ministérios sediados na edificação, sem a qual não seria possível o cumprimento das suas atividades institucionais, afetas as áreas de energia e mineração, bem como ao turismo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a viabilidade da contratação pretendida, a equipe de planejamento deverá providenciar a instrução do processo com os documentos elencados no art. 72 da Lei 14.133/21:

"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial"

13.2. Além disso, após a contratação a Administração deve manter acesso livre aos empregados e representantes da CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal às instalações da unidade consumidora, para fins de inspeção e leitura, bem como deve efetuar os pagamentos nas condições pactuadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Nos termos do art. 1º da INSTRUÇÃO NORMATIVA N 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

14.2. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis prevê 4 (quatro) passos para os procedimentos de contratações sustentáveis:

1. Avaliar a possibilidade de reuso ou redimensionamento do objeto da contratação;
2. Planejamento da contratação com parâmetros de sustentabilidade;
3. Análise do equilíbrio entre os princípios licitatório da isonomia, da vantajosidade e da sustentabilidade;
4. Gestão e fiscalização do contrato, bem como gestão de resíduos.

14.3. Passaremos a analisar cada item do Guia:

14.3.1. Não há de se falar em reuso no caso, visto à natureza de serviço contínuo do objeto da presente inexigibilidade;

14.3.2. Analisando a legislação pertinente ao objeto da licitação verifica-se que devido à sua natureza de serviço público essencial, o serviço de fornecimento de água e saneamento básico é amplamente regulado. As distribuidoras devem seguir os critérios de sustentabilidade pertinentes estabelecidos pela ANA.

14.3.3. A análise da isonomia e da vantajosidade de exigências relacionadas à critérios de sustentabilidade não se aplica devido ao regime de monopólio do serviço em tela;

14.3.4. O contrato resultante desta inexigibilidade tem previsão de gestão e fiscalização por parte de agente público posteriormente designado que deverá, em conjunto com a gestão dos contratos de manutenção predial e de limpeza e conservação, providenciar medidas cabíveis de prevenção e diminuição de desperdício e/ou redução de consumo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Não se vislumbra condições adversas de viabilidade a contratação objeto deste ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 528, DE 19 DE dezembro DE 2024

ALVANIR DA SILVA CARVALHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/12/2024 às 12:36:41.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 528, DE 19 DE dezembro DE 2024

MIRELLY FERREIRA CANABRAVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 24/12/2024 às 13:22:14.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 528, DE 19 DE dezembro DE 2024

CLAUDIA MOTA MONTEIRO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 24/12/2024 às 13:36:13.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 528, DE 19 DE dezembro DE 2024

LETICIA CIRQUEIRA DE OLIVEIRA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 24/12/2024 às 12:41:53.